

Reed avalia negociações da dívida

por Stephen Fidler
do Financial Times

Se os banqueiros não gostam da iniciativa da dívida internacional iniciada em março deste ano pelo secretário norte-americano do Tesouro — e são muitos os banqueiros europeus que têm denunciado esta iniciativa com veemência — John Reed diz que eles mesmos podem ser os responsáveis pela atual situação.

A decisão de Nicholas Brady no sentido de reformular a estratégia da dívida trouxe consigo um novo foco sobre a redução das dívidas bancárias e não sobre o fornecimento de no-

vos empréstimos por parte dos bancos.

"Eu acredito que quando Brady assumiu o cargo, qualquer pessoa razoável poderia ter concluído que os bancos estavam cansados de fornecer dinheiro novo e que eles estavam afirmando que não podiam continuar neste esquema", afirma o diretor-presidente do Citicorp.

Com 80 a 85% dos bancos afirmando que novos empréstimos eram impossíveis, John Reed diz que a sua opinião era a de que esta visão estava errada. Ele viajou pessoalmente a Washington, para tentar convencer Nicholas Brady e Alan Greenspan, o

presidente da diretoria da Reserva Federal.

Havia, diz, alternativas mais construtivas. "Nós tínhamos uma proposta referente ao México, que nós chegamos a apresentar num livro. Eu estive em Londres e jantamos com outros banqueiros para vermos se eles nos apriaram numa nova iniciativa para o México, por sabermos que o governo mexicano tinha de fazer alguma coisa."

Agora, infelizmente do seu ponto de vista, as realidades políticas se modificaram. Considerando que "nenhum de nós, inclusive o Tesouro, tinha a menor idéia do que havia pela frente para nós." o acordo mexicano resolvido em princípio com os principais credores bancários no mês passado foi, diz ele, bastante aceitável.

John Reed, que se reuniu com banqueiros e com o Bank of England, no final do mês passado, em Londres antes de viajar para o Extremo Oriente, disse que as melhores perspectivas para a economia mexicana representam um importante elemento na decisão tomada pelo seu banco de fazer novos empréstimos ao México, ao invés de aproveitar as opções de redução do principal ou dos juros, previstas no acordo.

Para ele a inflação parece estar sob controle, ao mesmo tempo que os investimentos, inclusive alguns do exterior, estão aumentando. Um estado de espírito bem melhor está evidente no campo do setor privado.

As taxas de juros locais, importantes para o fardo da dívida doméstica, caíram, e um total estimado de US\$ 1,5 bilhão em capital, fluiu de volta ao México durante o primeiro semestre deste ano.

Afirma que no acordo mexicano há algumas lições, incluindo a maneira como os descontos referentes às dívidas foram negociados dentro do comitê bancário.

FILIPINAS

Mais aceitável, porém, afirma ser o método combinado entre as Filipinas e os seus credores bancários; nos termos do acordo, o país irá convidar credores, de forma a poder comprar de volta antigos empréstimos. Do ponto de vista dos bancos, as reaquisições têm a vantagem de fornecer dinheiro vivo — "O máximo em termos de melhoramento" — e uma saída clara e limpa, com a qual os bancos não podem contar com toda a certeza nos termos do acordo mexicano. Previu que o acordo das Filipinas poderá ser fechado ainda este mês.

Estima que provavelmente uns 20 a 30% dos bancos irão optar pelo "dinheiro vivo" no caso das Filipinas. "As Filipinas calcularam corretamente que conseguirão um acordo melhor para as suas necessidades financeiras livrando-se de um conjunto



John Reed

menor de bancos e conseguindo dinheiro novo", diz.

BRASIL

Um acordo semelhante poderá ser apropriado para o Brasil, que — se as coisas correrem de uma forma razoável até lá — irá necessitar de novos empréstimos bancários talvez da ordem de US\$ 5 bilhões, para aumentar as reservas do País, com a finalidade de fortalecer um plano de combate à inflação. Neste meio tempo, o País está ingressando num período difícil, com pagamentos de juros no valor de US\$ 2,3 bilhões, tendo de ser realizados no próximo mês e com as eleições presidenciais previstas para novembro.

Expressou otimismo, achando que um acordo poderá ser conseguido com o Fundo Monetário Internacional, uma premissa básica para o fornecimento de novos empréstimos por parte dos bancos comerciais e de outras fontes.

VENEZUELA

As negociações com a Venezuela — referentes a atrasos de juros devidos aos bancos — "deverão ser difíceis porque eles não estão pagando e porque eles evidentemente terão de começar a pagar antes que os bancos possam conversar seriamente com eles. Os objetivos pretendidos pelo governo também precisam ser mais bem esclarecidos", afirma.

O problema da dívida de quatro países — México, Filipinas, Chile e Uruguai — descreveu como "estando substancialmente resolvidos". Mas não vê quaisquer melhorias ocorrendo, no curto prazo, em relação aos problemas econômicos argentinos e admite que o Brasil representa um "grande ponto de interrogação".

Indagado se o Citicorp seguiria o exemplo dos bancos britânicos, que adotaram um nível de provisões de 50%, disse que esta questão deverá ser revista trimestralmente, durante os quatro trimestres seguintes. Sugeriu que um nível mais elevado de provisões pode ser mais provável para os bancos que estão "saindo" do setor de empréstimos concedidos ao Terceiro Mundo. E disse acreditar "que alguns bancos norte-americanos irão aumentar as suas reservas."